

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2022**

**CONTRATO N.º 015/2022**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL E A EMPRESA LUÍS DIAS DE CASTRO FILHO, NA FORMA ABAIXO:**

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL**, Estado de São Paulo, entidade de direito público interno, com sede na Praça Washington Luiz, 643, Centro, na cidade de Vargem Grande do Sul, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº. 46.248.837/0001-55, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, Exmo. **AMARILDO DUZI MORAES**, brasileiro, casado, portador de cédula de identidade RG n.º 15.690.034-8 e CPF n.º 024.413.408-16, residente e domiciliado à Rua Carino da Gama Corrêa, 1219, Jardim Brasília, na cidade de Vargem Grande do Sul, Estado de São Paulo, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **LUÍS DIAS DE CASTRO FILHO** com sede na Avenida Monsenhor Alderigi N.º 500, Jardim Country Club, na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, CEP: 37.704-284 inscrita no CNPJ sob o nº. 03.658.257/0001-23 e neste ato representada pelo Sr. **LUÍS DIAS DE CASTRO FILHO** brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Flávio Erler, n.º 40, Jardim Country Club na cidade de Poços de Caldas, Estado de São Paulo, portador do documento de identidade R.G. M-04.806.633 e CPF 527.338.826-00 daqui por diante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente termo de contrato, concernente ao Pregão Eletrônico nº 001/2022, enunciando as seguintes cláusulas e condições que regerão o contrato em observância à Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a Aquisição equipamentos médicos para finalizar a estruturação da ambulância móvel UTI e aquisição de equipamentos médicos para o atendimento de gestantes na unidade de saúde CAM Centro de Atendimento a Mulher "Ordalia Duzi Moraes", com verbas provenientes de Emenda Parlamentar, Proposta n.º 15741.597000/1190-19, Portaria GM/MS n.º 731, de 16/04/2021 e Programa Estadual QUALIS MAIS, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e na proposta final, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca / Modelo	Valor Unitário	Valor Total
06	01	Unid.	<b>Ventilador pulmonar de transporte neonatal, pediátrico e adulto</b> Equipamento transportável intra/extra-hospitalar com possibilidade de utilização em unidades móveis de resgate (ambulâncias) e prontos-socorros. Equipamento microprocessador com modalidade ventilatória controlada a volume, pressão e PSV/CPAP, apropriado para uso em pacientes adultos, pediátricos e NEONATAL.  CARACTERÍSTICAS: Display de cristal líquido LCD colorido e tela sensível ao toque Visualização dos parâmetros ajustados e monitoração da ventilação mecânica através de curvas, informações de alerta e alarmes. Interface que permite avaliação e diagnóstico à distância; Teclas de acesso rápido para: Stand By; MANUAL	Leistung  PR4G TOUCH  Registro ANVISA: 80203470013	R\$ 52.000,00	R\$ 52.000,00

		<p>(Disparo Manual de Ciclo Inspiratório); LOCK (Trava Teclas); CONGELA.</p> <p>Carregador inteligente de bateria Entrada Externa 100-240 VAC —50-60 Hz, com comutação automática Célula galvânica de O2 interna para monitoração da concentração de oxigênio no display e limites de alarmes</p> <p>Fonte externa conversor AC/DC 100 — 240 VAC para +12 VDC</p> <p>Alça para fixação em maca</p> <p>Pressão de entrada: 39 a 87 psi (270 a 600 KPa)</p> <p>Compensação de pressão barométrica automática</p> <p>Pode ser utilizado com máscara facial ou tubo endotraqueal</p> <p>Idiomas: Português</p> <p>Bateria Interna de Li-Ion</p> <p>Autonomia da Bateria Interna (com plena carga e uso normal). 3,0 h</p> <p>Sem pedestal fixo</p> <p>MEDIDAS APROXIMADAS: PESO: 3,25KG L244mm x P185mm x A231mm</p> <p>MODALIDADES: VCV — Ventilação Controlada a Volume (pode ser Assistido); PCV — Ventilação Controlada a Pressão (pode ser Assistido); PLV — Ventilação Limitada a Pressão (pode ser Assistido) — Disponível Peso &lt; 6,0Kg (Neonatal – a partir de 300g) P-SIMV + PS: Ventilação Mandatória Sincronizada Intermitente com ciclo de Pressão Controlado com Pressão suporte; V-SIMV+ PS: Ventilação Mandatória Sincronizada Intermitente com ciclo de Volume Controlado com Pressão suporte; CPAP — Ventilação de Pressão Contínua nas Vias Aéreas: PSV — Ventilação de Pressão Contínua com Pressão de Suporte. DualPAP — Ventilação em dois níveis de CPAP (com ou sem Pressão de Suporte). Através desta modalidade podem-se realizar ajustes de maneira a obter a modalidade APRV Ventilação de alívio da pressão das vias aéreas. Através desta modalidade podem-se realizar ajustes de maneira a obter a modalidade APRV (Airway Pressure Release Ventilation) — Ventilação de Alívio da Pressão nas Vias Aéreas. Ventilação Não Invasiva (VNI) por máscara facial pode ser ativada em todas as modalidades ventilatórias com compensação de vazamentos. Ventilação de retaguarda (backup) no caso de APNEIA, esta ventilação pode ser escolhida entre VCV, PCV, PLV ou DESLIGADO.</p> <p>MONITOR DE VENTILAÇÃO: Curvas de Pressão x Tempo Bargraph de pressão instantânea Pressão máxima, média e platô: PEEP Volume corrente inspirado Tempo inspiratório e expiratório</p>			
--	--	--	--	--	--

		<p>Relação I:E; FiO2 Frequência respiratória Pressão regulada</p> <p>SISTEMA DE ALARMES E SEGURANÇA: Pressão máxima alta e baixa: OFF. 0 a 80cmH2O Peep alta e baixa: OFF; 0 a 40cmH2O Volume Corrente (total) alto e baixo: OFF, 0 a 3.000mL Volume Minuto alto e baixo: OFF. 0 a 99 L Tempo para alarme de Apneia: OFF; 5 a 60s Frequência respiratória: OFF, 0 a 150rpm Ajuste Automático de Limites de Alarmes: OFF, 10%, 20% e 30% Bateria Fraca Pressão de O2 baixa Desconexão do Circuito Respiratório Obstrução Ventilador inoperante Apneia Falta de energia elétrica Válvula Antiasfixia Válvula de Alívio de Segurança de 100 com H2O</p> <p>CONEXÃO À FONTE DE OXIGÊNIO: Entrada de Oxigênio — Rosca DISS macho 9/16', conforme ABNT NBR 11906 Pressão do gás: 39 a 87 psi (270 a 600kPa) Mangueiras e Extensões: Conforme ISO 5359:2008</p> <p>AJUSTES DOS PARÂMETROS DA VENTILAÇÃO: Volume Corrente: 20 a 2500mL Frequência Respiratória: 0 a 150rpm Tempo de Subida (Rise Time): 0 a 2,0s Pausa: 0 a 70% Pressão limite máxima: 0 a 60cmH2O Pressão Inspiratória: 1 a 60cmH2O Pressão de Suporte (AOS): OFF; 5 a 60 cmH2O PEEP: 0 a 40cmH2O Sensibilidade Assistida (Pressão): OFF; -0,2 a -10cmH2O Sensibilidade Assistida (Fluxo): OFF; 0,5 a 30,0L/min Ciclagem por Fluxo em Pressão de Suporte: 5 a 80% Concentração de O2 Ajustável: 35 a 100% - (21 a 100% com utilização de Blender Externo) Tempo Inspiratório: 0,1 a 10 s Forma de Onda do Fluxo Inspiratório: Quadrada, Desacelerada, Acelerada, Senoidal CPAP: 1 a 40 cmH2O Pressão Superior: 5 a 55 cmH2O Pressão Inferior: 0 a 40 cmH2O Tempo Superior: 0,20 a 60s Tempo Inferior: 0,20 a 60s Relação I:E: 1:4 a 4:1 Backup: em todas as modalidades espontâneas Fluxo Inspiratório: 0 a 150 Ajuste automático dos parâmetros conforme tipo de paciente</p> <p>POSSUIR ACESSÓRIOS INCLUSOS: 01 Fonte elétrica com conector 4 vias 02 Válvulas expiratórias com diafragma 02 Circuito respiratório 1,2m adulto autoclavável 02 Circuito respiratório 1,2m pediátrico autoclavável 02 Circuito respiratório 1,2m neonatal autoclavável</p>		
--	--	--	--	--

			<p>01 Extensão de O2 Diss X2 — 2m 03 Filtros ambientes 01 Manual em português</p> <p>CLASSIFICAÇÃO: Equipamento Classe II NBR - iEC — 60601 Equipamento a prova de respingos IPX4 Prazo de Garantia: 12 meses a partir da entrega.</p>			
07	01	Unid.	<p><b>Monitor de Sinais Vitais</b> Barra de pulso Curva plestimográfica Faixa de medição da oximetria: 0 a 100 % Máximo: 1 a 100% Faixa de medição do pulso Mindray: 20 a 254 BPM; Máximo: 25 a 240 BPM; Nellcor: 20 a 300 BPM Gráfico de tendência Intervalo de medição de Pressão não-invasiva Adulto: 10 a 270 mmHg; Pediátrico: 20 a 200 mmHg; Neonatal: 20 a 135 mmHg Intervalo de medição de Temperatura Modo de monitoramento: 25 a 44 ° C Modo preditivo: 35 a 43 °C LED Sinalizador Medição de pulso pela Pressão não-invasiva 40 a 240 BPM Método de medição de Pressão não-invasiva Oscilométrico Método de medição de Temperatura Resistência Térmica Modo de operação da Pressão não-invasiva Manual, automático e STAT Pedestal para transporte Sim, com rodízios Precisão da oximetria Mindray: 3% (Neonatal sem movimento), 2% (Adulto/Pediátrico sem movimento) . Masimo: 3% (Neonatal sem movimento), 2% (Adulto/Pediátrico sem movimento), 3% (com movimento). Nellcor: 3% (Neonatal sem movimento), 2% (Adulto/Pediátrico sem movimento) Precisão do pulso 3 BPM; Masimo: 3 BPM (sem movimento) e 5 BPM (com movimento); Nellcor: 20 a 250 BPM: 3 BPM e 251 a 300 BPM, não especificado; Resolução da oximetria 0.01; Resolução do pulso 1 BPM; Tamanho da Tela Displays Numérico de 7 segmentos para as medidas; Tempo mínimo para medição da Temperatura Modo de Monitoramento: &lt;60 s Modo preditivo: &lt;20 s (teste típico: &lt; 12 s) Acessórios: Oximetria: Sensores de oximetria para pacientes adulto, pediátrico e neonatal Pressão não invasiva; Braçadeiras de diversos tamanhos, descartáveis ou reutilizáveis para pacientes adulto, pediátrico e neonatal Conectividade RS 232 Alimentação Elétrica 100 a 240 VAC (±10%), 50/60 Hz (±3 Hz) Bateria Padrão: recarregável de íon-lítio, 11,1 VDC de 2600 mAh, autonomia mínima de 11 horas. Opcional: recarregável de íon-lítio, 11,1 VDC de 4500 mAh, autonomia mínima de 22 horas</p>	Comen STAR 8000F Registro ANVISA: 80047300722	R\$ 10.999,00	R\$ 10.999,00
<b>Valor Total:</b>			R\$ 62.999,00 (sessenta e dois mil, novecentos e noventa e nove reais)			

### 1.3. Cronograma de Entrega:

Parcela	Quantitativo (Unidade)	Prazo Máximo de Entrega
Parcela única	02	Até 30 dias após recebimento da Autorização de Fornecimento

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do contrato, iniciado com a data de sua assinatura, será o mesmo da garantia do objeto, conforme descrito na cláusula 17 deste instrumento.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ 62.999,00 (sessenta e dois mil, novecentos e noventa e nove reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Municipal, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Despesa	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento
338	02.20.2.051.4.4.90.52.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DEPTO DE SAUDE	4.4.90.52.99.00.00.00
	Fonte de Recurso : 1300 - Saúde Geral		
385	02.20.2.080.4.4.90.52.00.00.00.00	QUALIS MAIS	4.4.90.52.99.00.00.00
	Fonte de Recurso : 2010 - Estado Convênios- Saúde		
401	02.20.2.130.4.4.90.52.00.00.00.00	SUS INVESTIMENTOS	4.4.90.52.99.00.00.00
	Fonte de Recurso : 5016 - Federal - Saúde Atenção Básica		
413	02.20.2.137.4.4.90.52.00.00.00.00	CORONAVÍRUS_FEDERAL	4.4.90.52.99.00.00.00
	Fonte de Recurso : 5038 - Federal -Coronavírus		

### 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contatos a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Gestor ou Fiscal do Contrato, que enviará o documento para quitação através divisão de Tesouraria do Departamento de Finanças do Município, de acordo com o artigo 40, inciso XIV, alínea "a" da Lei nº 8.666/93.

5.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após a data de sua apresentação válida.

5.3. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil S/A e/ou Caixa Econômica Federal. Em casos específicos, em cheque, sendo vedada a emissão de boleto bancário.

5.4. Constatando-se, junto aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

5.5. O prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração;

5.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Departamento de Finanças deverá comunicar ao Gestor responsável pela fiscalização quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

5.7. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa;

5.8. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação junto aos órgãos competentes; e

5.9. Somente por motivo de economicidade ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pelo Chefe do Executivo, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular com o fisco.

5.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de

penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	( 6 / 100 )	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

5.14. Não será considerado atraso no pagamento, as retenções efetuadas em virtude da aplicação do Decreto Municipal nº 4.701, de 20 de Agosto de 2018 (JOM 25/08/2018).

## **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. Caso venha a ser comprovado, pelo CONTRATANTE, que a CONTRATADA tenha efetuado venda a União, Estados ou Municípios e Distrito Federal, de produtos idênticos aos que constituem objeto do presente Termo de Contrato, até o término das entregas, por preço inferior ao ajustado, a Administração adotará as providências cabíveis à revisão contratual quanto ao valor, compatibilizando-o com o menor preço praticado no mercado, ressalvada a verificação das circunstâncias da ocorrência, tais como custos incidentes, fretes e outros, bem como variações de índices de incidência de tributos ou renúncia fiscal, contribuições e outros.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – ENTREGA, RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

7.1. As condições de entrega, recebimento e critério de aceitação do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO**

8.1. A CONTRATANTE indicará um gestor ou fiscal de contrato, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução, conforme Decreto n.º 3.322/2012, assim como artigos. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O Fiscal do contrato deverá manter permanente vigilância sobre as obrigações da CONTRATADA, definidas nos dispositivos contratuais e condições do Termo de Referência e, fundamentalmente, quanto à inarredável observância aos princípios e preceitos consubstanciados na Lei nº 8.666/93, com suas alterações.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

### **9.1. CONTRATANTE:**

9.1.1. Efetuar o pagamento, através de remessa e da apresentação dos documentos que comprovem a entrega;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de referência;

9.1.3. Verificar minuciosamente, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



9.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado;

9.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

9.1.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.1.8. Indicar o(s) servidor(es) responsável(is) como fiscal(is) do contrato;

9.1.9. Acompanhar a execução do contrato, mediante sua administração, orientação e fiscalização, em especial por meio das seguintes ações: a) fornecer todos os meios legais para o ideal desempenho das atividades contratadas; b) emitir relatório final de execução do contrato de sua responsabilidade; c) notificar a contratada quanto à qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais; d) controlar a vigência dos contratos; e) acompanhar e controlar o estoque de produtos, principalmente quanto à quantidade e à qualidade do produto previsto no objeto do contrato administrativo; f) encaminhar ao Departamento Financeiro do Município a(s) nota(s) fiscal(s), fatura(s), ordem(s) de serviço(s) devidamente atestadas, caso estejam estritamente em conformidade com os descritivos contratuais; g) acompanhar e emitir parecer técnico sobre o cumprimento pela CONTRATADA das obrigações assumidas;

## 9.2. CONTRATADA:

9.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;

9.2.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes: à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência e ao prazo de garantia ou validade;

9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.2.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo estabelecido no Termo de Referência, contados da notificação, o objeto com avarias ou defeitos;

9.2.5. Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor, as especificações e demais documentos fornecidos pelo CONTRATANTE;

9.2.6. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega dos serviços e materiais, inclusive aquelas de embalagens e eventuais perdas e/ou danos, no caso de empresas nacionais e estrangeiras, e de seguro, no caso de empresa nacional;

9.2.7. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital licitatório;

9.2.8. Responsabilizar-se pelo recolhimento dos tributos que venham incidir sobre o produto fornecido, reservando à CONTRATANTE o direito de deduzir dos valores a serem pagos à CONTRATADA, as quantias correspondentes aos tributos eventualmente não recolhidos;

9.2.9. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus propositos, independente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito;

9.2.14. Respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas;

9.2.15. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União ou do Estado e, após o devido processo legal, resultar na condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a empresa que:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da aquisição;

- 10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3. Fraudar na execução da aquisição;
- 10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.5. Cometer fraude fiscal; e
- 10.1.6. Não manter a proposta.
- 10.2. A empresa que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - 10.2.1. Advertência;
  - 10.2.2. Multas previstas no Decreto Municipal n.º 4.701/2018;
  - 10.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
  - 10.2.4. Impedimento de licitar e contratar com o Município e consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores pelo prazo de até cinco anos;
  - 10.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa ressarcir o Município pelos prejuízos causados;
- 10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a empresa que:
  - 10.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 10.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da aquisição;
  - 10.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à empresa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

- 11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
  - 11.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Contrato;
  - 11.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993;
- 11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
  - 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 11.4.3. Indenizações e multas.

#### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no TR; sejam mantidas as demais cláusulas e condições deste Termo de Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES**

- 13.1. É vedado à CONTRATADA:



13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob a alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993, Decreto nº 10.024/2019 e demais normas federais de licitações.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES**

15.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do fornecimento, bem assim para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

I - Processo Administrativo n.º 001/2022;

II - Termo de Referência; e

III - Proposta da CONTRATADA.

15.2. Os documentos referidos no parágrafo anterior, são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

15.3. Aplicam-se a este Contrato as disposições da Lei n.º 8.666/93 e alterações, que regulamenta as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TOLERÂNCIA**

16.1. Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA**

17.1. Não será exigida a prestação de garantia financeira do contrato nos termos do art. 56 da Lei Federal 8.666/93.

17.2. GARANTIA DO OBJETO:

17.2.1. O prazo de garantia do objeto, contra defeitos de fabricação, deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo.

17.2.2. O certificado de garantia deverá ser entregue juntamente com o equipamento.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Vargem Grande do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Vargem Grande do Sul, 22 de fevereiro de 2022.

\_\_\_\_\_  
**Amarildo Duzi Moraes**  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
**Luís Dias de Castro Filho**  
Sócio Proprietário  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS**

\_\_\_\_\_  
**NOME:**  
**RG:**

\_\_\_\_\_  
**NOME:**  
**RG:**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2022  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 001/2022**

**TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul

CONTRATADO: Luís Dias de Castro Filho

CONTRATO N.º:015/2022

OBJETO: Aquisição equipamentos médicos para finalizar a estruturação da ambulância móvel UTI e aquisição de equipamentos médicos para o atendimento de gestantes na unidade de saúde CAM Centro de Atendimento a Mulher "Ordalia Duzi Moraes", com verbas provenientes de Emenda Parlamentar, Proposta n.º 15741.597000/1190-19, Portaria GM/MS n.º 731, de 16/04/2021 e Programa Estadual QUALIS MAIS

ADVOGADO (S)/ N.º OAB: (\*) Marcos Roberto Barion / N.º OAB: 255.579 / e-mail: juridico@vgsul.sp.gov.br

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução n.º 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** Vargem Grande do Sul - SP, 22 de fevereiro de 2022.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE / RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO/ ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE / RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE(CONTRATANTE):**

Nome: Amarildo Duzi Moraes

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 024.413.408-16

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE (CONTRATADA):**

Nome: Luís Dias de Castro Filho

Cargo: Sócio Proprietário

CPF: 527.338.826-00

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2022**

**DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul

**CNPJ Nº:** 46.248.837/0001-55

**CONTRATADA:** Luís Dias de Castro Filho

**CNPJ Nº:** 03.658.257/0001-23

**CONTRATO Nº:** 015/2022

**DATA DA ASSINATURA:** 22 de fevereiro de 2022

**VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados a partir do Termo de Recebimento Definitivo.

**OBJETO:** Aquisição equipamentos médicos para finalizar a estruturação da ambulância móvel UTI e aquisição de equipamentos médicos para o atendimento de gestantes na unidade de saúde CAM Centro de Atendimento a Mulher "Ordalia Duzi Moraes", com verbas provenientes de Emenda Parlamentar, Proposta n.º 15741.597000/1190-19, Portaria GM/MS n.º 731, de 16/04/2021 e Programa Estadual QUALIS MAIS

**VALOR:** R\$ 62.999,00 (sessenta e dois mil, novecentos e noventa e nove reais).

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Vargem Grande do Sul - SP, 22 de fevereiro de 2022.

---

**Amarildo Duzi Moraes**  
**Prefeito Municipal**  
**[gabinete@vgsul.sp.gov.br](mailto:gabinete@vgsul.sp.gov.br)**